



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA – CHAMAMENTO PÚBLICO N. 02/2021

Município: Conceição do Coité

(Instrução processual – pré-análise)

PROPONENTE:	EMÉRIO VITAL PINTO RESEDÁ
CPF/CNPJ:	081.098.265-04
CONTATO (telefone e e-mail):	71 99988-0023 / ereseda@hotmail.com
Endereço Imóvel / m²	Rua Padre Madureira, n. 182, Centro / 224 m²

	SIM	NÃO	NA
1. Habilitação jurídica Pessoa Física (Item 2.2.1.2)			
a) de Identificação (RG);	x		
b) comprovante de Residência	x		
c) cadastro de Pessoa Física (CPF);	x		
d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14;	x		
e) prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio do proponente, mediante certidão de Quitação de Tributos Estaduais ou certidão que comprove a regularidade com o ITCM (transmissão <i>causa mortis</i>), emitida pelo órgão competente.	x		
f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio do proponente, mediante certidão de Quitação de Tributos ou certidão que comprove a regularidade com o IPTU e ITBI (transmissão <i>inter vivos</i>), emitida pelo órgão competente;	x		
g) certidão de inteiro teor de matrícula do imóvel e negativa de ônus reais.	x		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
2. Qualificação Econômico-Financeira (Item 2.2.2)			
a) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do proponente; Obs: Item 2.2.2.1 - Os documentos sem prazo de validade legal ou que não apresentem prazo de validade neles expresso, cuja finalidade seja aferir a saúde financeira do proponente, deverão ser datados de, no máximo, 90 (noventa) dias de antecedência da data da entrega das propostas.	X		
3. Comprovação de Disponibilidade de Imóvel para Construção ou Adaptação (Item 2.2.3) – Análise COMANP			
2.2.3.1.1. Os interessados deverão demonstrar a disponibilidade de terreno para a CONSTRUÇÃO ou prédio para ADAPTAÇÃO, de acordo com as especificações mínimas constantes do Anexo II deste Edital (metragem, condições de acessibilidade, dentre outros).			
2.2.3.1.2. A comprovação da disponibilidade do imóvel poderá ser feita mediante a comprovação da propriedade do imóvel (o imóvel deverá estar em nome do proponente), da posse ou por instrumento firmado perante registro público, acompanhado da sua matrícula atualizada, que lhe garanta tal condição.			
4. O terreno ou o prédio deverá estar minimamente identificado quanto: (Item 2.2.3.1.3) – Análise COMANP			
a) à sua exata localização no município, dentro da região delimitada no Anexo II;			
b) ao tipo de via e condições do logradouro (via duplicada, via de mão dupla, via de mão única; tipo de pavimentação);			
c) o acesso a transporte coletivo no logradouro ou nas vias paralelas ou transversais, com parada mais próxima do terreno ou prédio.			
5. Regularidade Trabalhista (item 2.2.4)			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade a Lei nº 12.440/2011 .	X		
6. Modelo de Propostas e Laudo de Avaliação: (item 2.2.5) – Análise COMANP			
a) Na formulação da proposta deverão ser observadas as disposições descritas detalhadamente no Tópico 4 do Projeto Básico (Anexo II deste Edital).			
b) A proponente deverá apresentar proposta, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital, acompanhada de <i>laudo de avaliação</i> do imóvel emitido pela Caixa Econômica Federal, de modo a configurar a compatibilidade do preço ofertado com aqueles praticados			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
no mercado, observado o que segue:			
b.1) em caso de oferta de terreno para futura construção de imóvel – deverá ser apresentado laudo de avaliação inicial da referida área, emitido pela Caixa Econômica Federal, com planta de situação (contendo a localização exata do terreno, suas dimensões e arredores em vista superior; sua vizinhança (lotes, quadras), referências de localização, simbologias de representação gráfica, curvas de nível, indicação do norte magnético; vias de acesso ao conjunto, arruamento e logradouros adjacentes [...])			
b.2) em caso de oferta de edificação para fins de futura reforma - deverá ser apresentado laudo de avaliação inicial do imóvel, emitido pela <i>Caixa Econômica Federal</i> , com planta baixa; levantamento planialtimétrico (indicando as coordenadas e limites da área ofertada) [...]			
7. A Comissão, efetuará, ainda, consulta ao: (Item 2.3.1)			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php ;	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=as ;	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.			X
8. III - PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA CARTA CREDENCIAL E DEMAIS DOCUMENTOS			
3.1 - A Carta Credencial e toda documentação necessária à pré-qualificação e classificação dos interessados deverá ser apresentada <u>até o dia 7 de outubro de 2021, em envelope devidamente identificado, nos horários discriminados abaixo.</u>	X		
3.2 - A entrega deverá ser feita à Seção de Protocolo do TRE-BA, localizado na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Paralela, Salvador/BA, CEP 41.745-901 no horário das 13:00 às 18:00, de segunda à quinta-feira, e das 08:00 às 13:00, às sextas-feiras.	X		
9. IV – PROCESSO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO – <u>Análise posterior</u>			
4.1 - Apresentação da Carta Credencial e da documentação comprobatória da regularidade jurídico-fiscal e trabalhista, e demonstrativa da capacidade econômico-financeira para a execução do empreendimento.			
4.2 - Comprovação da disponibilidade física e jurídica do terreno destinado à construção do prédio, ou ainda, comprovação da disponibilidade física e jurídica de prédio para ser adaptado, em conformidade com o Anexo II.			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
4.3 - A não apresentação de documentos ou a não comprovação dos requisitos estabelecidos para a pré-qualificação importarão a desqualificação do proponente.			